

**Análise do perfil da Controladoria na Gestão Pública: o caso dos municípios gaúchos
pertencentes ao Vale do Caí**

Alex Eckert - UCS Universidade de Caxias do Sul – alex.eckert@bol.com.br

Marlei Salete Mecca - UCS Universidade de Caxias do Sul – msmecca@gmail.com

Evandro Carlos Stumpf - UCS Universidade de Caxias do Sul – evandrostumpf@gmail.com

Clério Mathias Sost - UCS Universidade de Caxias do Sul – salsul@salvadorsul.rs.gov.br

Resumo

Em função da crescente necessidade que os órgãos públicos têm de implantar mecanismos de controles gerenciais, que auxiliem na tomada de decisão, surge a necessidade da utilização de ferramentas de gestão, e a Controladoria surge para suprir esta lacuna. Nesse contexto, este estudo tem por objetivo identificar o perfil da Controladoria em prefeituras localizadas nas cidades do Vale do Caí – RS. Sua relevância está em mapear a organização dos Controles Internos nas 20 prefeituras pesquisadas, bem como suas composições e estruturas. A pesquisa caracteriza-se como um levantamento de caráter descritivo e abordagem quali-quantitativa. Quanto aos procedimentos de coleta dos dados, realizou-se um questionário com perguntas abertas e fechadas, dirigidas aos chefes ou responsáveis pela Controladoria ou Controles Internos (CIs) de cada prefeitura pesquisada. Os resultados indicam que as 20 cidades que compõem o Vale do Caí possuem seus órgãos de controles já constituídos, embora tenha sido verificado que em apenas um deles a Controladoria tem seus integrantes com dedicação exclusiva a essa atividade, enquanto nos demais acontecem apenas reuniões periódicas mensais. Dentre as principais atividades relatadas pelos órgãos de Controle Interno, estão as que recaem notadamente sobre as avaliações e controle de metas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Palavras-chave: Controladoria. Gestão Pública. Municípios. Vale do Caí.

Abstract

Due to the growing need of public agencies must implement mechanisms for management controls to assist in making decisions, the need arises for the use of management tools, and the Controllorship comes to bridging this gap. This study aims to identify the profile of Controllorship in the prefectures from cities of the Caí Valley - RS. Its relevance is to map the organization of internal controls in the 20 city halls surveyed, as well as their compositions and structures. The research is characterized as a collection of descriptive and qualitative and quantitative approach. The procedures for data collection, carried out a questionnaire with open and closed questions, addressed to heads or responsible for Controllorship or Internal Controls of each municipality studied. The results indicate that the 20 cities that make up the Caí Valley have their organs of controls already established, although it was found that in only one of its members has exclusive dedication to this activity, while others occur only in regular monthly meetings. Among the main activities reported by the organs of Internal Control, are those that fall mainly on the evaluation and control goals set forth in the Fiscal Responsibility Law.

Keywords: Controllorship. Public Management. Municipalities. Caí Valley.

1. Introdução

No mundo atual, administrar uma empresa, entidade, associação ou algum outro negócio tem se tornado um desafio muito grande. Isso ocorre por inúmeras razões. Uma delas é a variedade muito grande de novas tecnologias, informações e produtos que surgem a cada instante. Outra é o fato de que todo administrador tem sido cada vez mais pressionado para mostrar resultados.

A administração pública também está inserida nesse contexto. De um lado, as leis em vigor exigem um maior controle das finanças, como exemplo, a Lei Complementar 101/2000, mais conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal. Por outro lado, há a escassez crescente de recursos públicos para fazer frente à grande demanda de gastos com a qual o administrador público se depara diariamente. Para piorar ainda mais a situação, nos tempos atuais, a credibilidade administrativa de muitos governantes públicos repercute negativamente na sociedade. Os inúmeros casos de corrupção divulgados pela mídia são um exemplo disso.

No âmbito da gestão pública, a contabilidade tradicional, em termos de disponibilização de informações através de relatórios, é demasiadamente lenta, pois geralmente usa sistemas e processos antigos. Seu objetivo maior é cumprir a legislação. Tudo isso impede que decisões sejam tomadas de maneira rápida. Além disso, existem atualmente muitos relatórios financeiros, orçamentários e contábeis que fornecem um grande número de informações, mas, em sua maioria, poucos são utilizados para o processo de tomada de decisões. Isso ocorre, principalmente, por estes serem técnicos demais e pouco práticos.

Diante disso, surge a necessidade de a Administração Pública implementar mecanismos de sistemas de informações gerenciais, como a implantação de uma Controladoria. Isso porque, através desse órgão, é possível obter planilhas e relatórios gerenciais mais simples e práticos, baseados nos resultados de todas as áreas da administração. Ademais, a Controladoria pode agir de modo preventivo, pois oferece ao gestor público informações sobre a legalidade dos atos administrativos que estão sendo praticados; sobre a viabilidade ou não do cumprimento das diretrizes e das metas estabelecidas, o que possibilita a correção de desvios ou rumos da sua administração.

A Controladoria pode atuar também em outras frentes, tais como: planejamento de ações futuras com base na análise de situações já vivenciadas; e controle de desperdícios de materiais e recursos. É importante ressaltar que esta pode ser uma grande aliada no combate à corrupção e desvios de recursos públicos, visto que muitos dos casos noticiados pela mídia já se arrastavam por anos até serem detectados pelos controles esporádicos ou investigações externas. Com a implantação da Controladoria, isso pode ser evitado ou pelo menos amenizado.

Na atualidade, o ente público precisa se conhecer melhor, primeiro internamente: saber quem são seus servidores, suas capacidades, suas virtudes, suas fraquezas. Depois, externamente: saber quantas e quais são as necessidades dos cidadãos e como atendê-las. Não é possível continuar administrando somente no “achismo”, pelo qual o gestor público supõe que a população precisa de algo, ou decidi fazer algo que considera como melhor, quando, na verdade, é possível que a maioria das pessoas nem usufrua dos recursos por ele empregados.

Por fim, é preciso levar em consideração outros dois fatores que evidenciam cada vez mais a importância do planejamento no setor público. São eles: o risco e a incerteza. O risco representa uma parcela da realidade sobre a qual não detemos conhecimento completo, mas que, de alguma forma, sabemos estimar. A incerteza é a parcela da realidade que é impossível de estimar. Sendo assim, torna-se necessário estabelecer cenários através de planilhas com gráficos de possibilidades para identificar alternativas de ação e, posteriormente, poder escolher a melhor opção para cada cenário, observando-se suas probabilidades de ocorrência.

Diante do exposto, a presente pesquisa tem por objetivo identificar o perfil da Controladoria nas prefeituras pertencentes ao Vale do Cai – RS

2. Referencial Teórico

Para o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), como consta na Resolução no 936/2012, Controle Interno é um conjunto de recursos, métodos e processos adotados pelas próprias gerências do setor público, com o objetivo de impedir o erro, a fraude e a ineficiência. Além disso, a referida legislação busca atender aos princípios constitucionais, em especial os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Atrelada aos Controles Internos, está a Controladoria. Conforme Slomski (2009), Controladoria é um termo de difícil definição, embora seja empregado desde os primórdios dos tempos. O autor afirma que Controladoria é a busca por atingir o ótimo em qualquer ente, seja ele público ou privado, é o algo mais procurado pelo conjunto de elementos que compõem a máquina de qualquer entidade.

Segundo Peixe (2002, p. 29), a Controladoria serve como órgão de coordenação e controle de cúpula administrativa. É ela que fornece os dados e informações, que planeja e pesquisa, visando sempre mostrar a essa mesma cúpula os pontos de estrangulamento presentes e futuros que põem em perigo ou reduzem a eficiência administrativa. Nesta mesma linha, Oliveira (2008, p. 13) explica que se pode entender Controladoria como o departamento responsável pelo projeto, elaboração, implementação e manutenção do sistema integrado de informações operacionais, financeiras e contábeis de determinada entidade, com ou sem finalidades lucrativas.

Para Catelli (2001, p. 344), a Controladoria não pode ser vista como um método, voltado ao como fazer. Segundo o autor, para uma correta compreensão do todo, devemos cindi-la em dois vértices: o primeiro é visto como ramo do conhecimento responsável pelo estabelecimento de toda base conceitual; o segundo, como órgão administrativo que responde pela disseminação de conhecimento, modelagem e implantação de sistemas de informações. Neste sentido, Peleias (2002, p. 12) afirma que a Controladoria, como uma unidade administrativa, é definida como uma área da organização à qual é delegada autoridade para tomar decisões sobre eventos, transações e atividades que possibilitem o adequado suporte ao processo de gestão. Além disso, o autor esclarece que essas decisões se referem à definição de formas e critérios de identificar, prever, registrar e explicar eventos, transações e atividades que ocorrem nas diversas áreas das organizações, para que a eficácia empresarial seja assegurada.

A Controladoria é o órgão administrativo responsável pela gestão econômica da empresa, com o objetivo de levá-la à maior lucratividade. O mesmo autor afirma que a Controladoria é, na realidade, o atual estágio evolutivo da Ciência Contábil, a qual saiu, nas últimas duas ou três décadas, da teoria do lucro (mensuração, comunicação de informação) para a teoria da decisão (modelos de decisão e produtividade). Isso significa dizer que esta última avalia como as decisões são tomadas ou como deveriam ser tomadas utilizando padrões ou métodos modernos de gestão, sempre em busca da melhoria. (PADOVEZE, 2009)

Conforme Slomski (2009, p.15) expõe, a Controladoria poderia ser sinônima de concerto musical, ou seja:

[...] é aquele órgão, departamento, secretaria que fará com que haja uma sinfonia (reunião de vozes, de sons, consonância perfeita de instrumentos). Num mundo conturbado, onde cada um é avaliado pelo que produz, é premente a existência de um órgão que faça essa concertação (ato de produzir sinfonia) – onde todos os instrumentos toquem de maneira isolada, porém sob a mesma batuta, ou seja, que

todos trabalhem buscando um só objetivo, a maximização do resultado global da entidade.

Catelli (1999, p. 370) esclarece que a Controladoria tem por objeto a identificação, mensuração, comunicação e a decisão relativa aos eventos econômicos. Esse setor deve ser o gestor dos recursos da empresa, respondendo pelo lucro e pela eficiência empresarial. O autor ainda lembra que a controladoria necessita estar sempre avaliando e controlando suas operações e seus produtos por meio de funções relacionadas com o planejamento estratégico, tático e operacional, orçamento empresarial e o sistema de custos.

Flores (2007, p. 03) destaca que a Controladoria se baseia em princípios, procedimentos e métodos oriundos de outras áreas do conhecimento, tais como contabilidade, administração, planejamento estratégico, economia, estatística, psicologia e sistemas.

Lapsley e Pallot (2000) apresentam uma teoria chamada de NPM (New Public Management), a qual sustenta que cada vez mais os estilos de gestão do setor privado e suas técnicas administrativas vão sendo incorporadas ao setor público. No entanto, Flores (2007, p. 04) argumenta que não há a possibilidade de comparação direta entre a administração pública e a praticada pela iniciativa privada. Isto porque a administração pública naturalmente terá seus processos mais morosos, pois terá que licitar, obedecer a prazos e ritos processuais, motivar decisões, dar publicidade aos atos com datas predeterminedas pela legislação, dentre outros. No entanto, o autor esclarece que, afastada em preliminar a possibilidade de comparações simples com o segmento privado, é também princípio constitucional que a gestão pública deve ser eficiente, eficaz e efetiva, equitativa. Assim, o autor entende que a gestão tem de ser conduzida utilizando-se dos mesmos conceitos e técnicas de gestão da iniciativa privada, apenas adaptando-os ao setor público.

3 . Procedimentos Metodológicos

Este trabalho constitui-se como um estudo de caso, multicaso, que foi desenvolvido através de um levantamento, de caráter descritivo e com abordagem quali-quantitativa. Seu objetivo é identificar o perfil ou o estágio da Controladoria nos municípios do Vale do Cai, Estado do Rio Grande do Sul.

Fachin (2009) explica que, no método do estudo de caso, leva-se em consideração, principalmente, a compreensão, como um todo, do assunto investigado. O direcionamento desse método dá-se com a obtenção de uma descrição e compreensão completas das relações dos fatores envolvidos em cada caso. Segundo a autora, a literatura metodológica afirma que, quando são investigados um ou mais casos, cada situação isolada é geralmente denominada caso, e o procedimento da apreciação, sem levar em consideração o número de casos, é denominado método do caso.

Conforme detalha Fachin (2009), as principais características auxiliares para o levantamento de dados são: a) características que são comuns a todos os casos no grupo como um todo; b) características que não são comuns a todos os casos, porém são comuns em certos subgrupos; e c) características que são únicas de determinado caso.

De acordo com Gil (1999), levantamento é quando a pesquisa envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Procedem-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado. Para, em seguida, mediante análise quantitativa, observar-se as conclusões correspondentes aos dados coletados.

Como explicam Mezzaroba e Monteiro (2009, p. 110), pesquisa quantitativa “é uma propriedade de ideias, coisas e pessoas que permite que sejam diferenciadas entre si de acordo

com suas naturezas”. Nesse tipo de análise, “a compreensão das informações é feita de uma forma mais global e inter-relacionada com fatores variados, privilegiando contextos”. Diferentemente desta, a pesquisa quantitativa considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las.

A pesquisa de caráter descritivo tem por objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Essa modalidade envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como: questionário e observação sistemática. Geralmente, assume a forma de Levantamento. Além disso, como destacam Mezzaroba e Monteiro (2009, p.116-117), não tem como propósito encontrar soluções, mas sim fazer a descrição de fenômenos “tal como são vistos pelo pesquisador, o que não significa que não serão interpretados”.

Com esse enquadramento metodológico, para a elaboração do presente estudo, partiu-se de uma pesquisa realizada por Lunkes (2009), sobre o perfil da Controladoria nas prefeituras localizadas nas cidades de grande porte do Estado do Rio Grande do Sul. O objetivo deste foi identificar, nas repartições públicas (prefeituras), a organização e composição da Controladoria ou do Controle Interno. A pesquisa foi realizada através de um questionário com perguntas abertas e fechadas que foram dirigidas aos responsáveis pela área de Controladoria ou Controle Interno das 18 cidades de grande porte do RS.

Partindo da sugestão de Lunkes (2009), para o presente estudo, optou-se por investigar os municípios do Vale do Caí, uma região localizada no Rio Grande do Sul, formada por 20 municípios. Essa escolha foi motivada por dois fatores: primeiro, pela facilidade de acesso dos pesquisadores aos municípios; segundo por ser uma região bastante desenvolvida economicamente.

Quanto aos procedimentos de coleta dos dados, realizou-se um questionário com perguntas abertas e fechadas, dirigidas aos chefes ou responsáveis pela Controladoria ou Controles Internos de cada prefeitura enfocada. Primeiramente, fez-se um contato telefônico com o responsável, a fim de explicar a razão e importância de sua participação neste estudo. Após, o questionário foi remetido via e-mail para essas pessoas.

4. Desenvolvimento da pesquisa

A região do Vale do Caí localiza-se na encosta inferior da serra do nordeste do Rio Grande do Sul. É composta por 20 municípios que, em sua maioria, foram colonizados por alemães, açorianos e italianos. A população total, segundo dados da Fundação de Economia e Estatística do RS, em 2010, era 169.580 habitantes. A área total soma 1.854 km². A Densidade Demográfica era 91,5 hab/km². A taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais era 3,06 %. Enquanto isso, a expectativa de Vida ao Nascer era 75,12 anos. O Coeficiente de Mortalidade Infantil, na época, era 7,20 por mil nascidos vivos, e o PIB per capita, em 2009, era R\$ 18.378,00.

Conforme informações obtidas junto à Confederação Nacional dos Municípios (CNM), em relação à população, esses municípios são na maioria de pequeno porte por terem menos de 50.000 habitantes. Apenas o município de Montenegro é classificado como de médio porte por ter em torno de 59.812 habitantes, segundo estimativa para 2011 do IBGE. Na figura 1 observa-se a quantidade de habitantes por município:



Figura 1: Número de habitantes por município

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados obtidos do site do IBGE

Conforme é possível verificar na figura 1, com relação ao número de habitantes, a cidade de Portão aparece em segundo lugar, com estimativa de 31.401 habitantes; seguida de São Sebastião do Caí, com 22.103 habitantes. A seguir, aparece Feliz, com 12.439; Bom Princípio, com 11.965, e Capela de Santana, com 11.733 habitantes. As demais cidades, segundo estimativa do IBGE, têm menos de 7.000 habitantes.

Um dos itens questionados na pesquisa se refere ao número total de funcionários que atuam nas prefeituras investigadas. Por meio da tabela 1 é possível comparar o número de habitantes com o número de funcionários das prefeituras:

<i>Cidade</i>	<i>Número de habitantes</i>	<i>Quantidade de funcionários</i>	<i>Comparação habitantes x funcionários</i>
Alto Feliz	2.923	124	4,24%
Barão	5.767	184	3,19%
Bom Princípio	11.965	222	1,86%
Brochier	4.701	107	2,28%
Capela de Santana	11.733	283	2,41%
Feliz	12.439	264	2,12%
Harmonia	4.300	138	3,21%
Linha Nova	1.629	84	5,16%
Maratá	2.536	146	5,76%
Montenegro	59.812	1.452	2,43%
Pareci Novo	3.532	137	3,88%
Portão	31.401	-	0,00%
Salvador do Sul	6.826	287	4,20%
São José do Hortêncio	4.148	-	0,00%
São José do Sul	2.107	98	4,65%
São Pedro da Serra	3.351	158	4,72%
São Sebastião do Caí	22.103	620	2,81%
São Vendelino	1.964	90	4,58%
Tupandi	3.998	181	4,53%
Vale Real	5.178	133	2,57%

Tabela 1: Quantidade de habitantes e funcionários por município

Fonte: Controles Internos das Prefeituras

A prefeitura de Montenegro apresentou o maior número de funcionários, num total de 1.452 servidores ativos. Destes, 1.400 estão vinculados à administração direta, e 52 lotados em fundações. A comparação percentual entre esse total de funcionários e a população total do município (estimada pelo IBG: 59.812) atinge 2,43%.

São Sebastião do Caí ocupa o segundo lugar no total de funcionários ativos: 620. Os inativos totalizam 110 funcionários aposentados. A comparação percentual entre esse total de funcionários e sua população total (22.103) atinge 2,81%.

A terceira prefeitura em volume de funcionários ativos é Salvador do Sul: 287 funcionários. A proporção entre o seu número de funcionários municipais e seu total de habitantes (6.826) atinge 4,20%. Logo em seguida, na quarta posição, está a prefeitura de Capela de Santana, com 283 funcionários. A proporção entre o seu número de funcionários municipais e seu total de habitantes (11.733) atinge 2,41%.

As prefeituras que apresentaram um percentual mais expressivo, quando comparados o total de funcionários ativos e sua população total, foram: Maratá, com 5,76%; Linha Nova, com 5,16%; São Pedro da Serra, com 4,72%; e São José do Sul, com 4,65%. Diferentemente destas, as prefeituras que apresentaram percentual menos expressivo, quando comparados o total de funcionários ativos e sua população total, foram: Bom Princípio, com 1,86%; Feliz, com 2,12%; e Brochier, com 2,28%. Em relação ao item número de funcionários, não se obteve resposta do Controle Interno das cidades de Portão e São José do Hortêncio. Por esse motivo, sua composição funcional não consta nesta demonstração.

A partir desta análise, pode-se afirmar que a maioria das cidades com poucos habitantes apresentam um alto percentual de funcionários. Isso se deve muito à estrutura que precisa ser criada em uma prefeitura para o funcionamento de seus órgãos, ou seja, para se criar um determinado setor, a estrutura é quase a mesma para uma cidade de porte pequeno como para uma de porte médio.

5. Cenário dos Controles Internos nas prefeituras do Vale do Cai

O aspecto mais relevante do questionário enviado às prefeituras do Vale do Cai refere-se a situação atual de organização dos Controles Internos. Cumpre destacar que essa questão foi respondida por todos os municípios participantes da pesquisa.

A cidade de Portão foi a única a responder de forma afirmativa quando questionada sobre a existência de um setor de Controladoria em sua prefeitura. As demais prefeituras (19 das 20) afirmaram contar apenas com um setor de Controle Interno.

Em relação à data de constituição da Controladoria e Controles Internos dos municípios pesquisados, ficou assim distribuído:

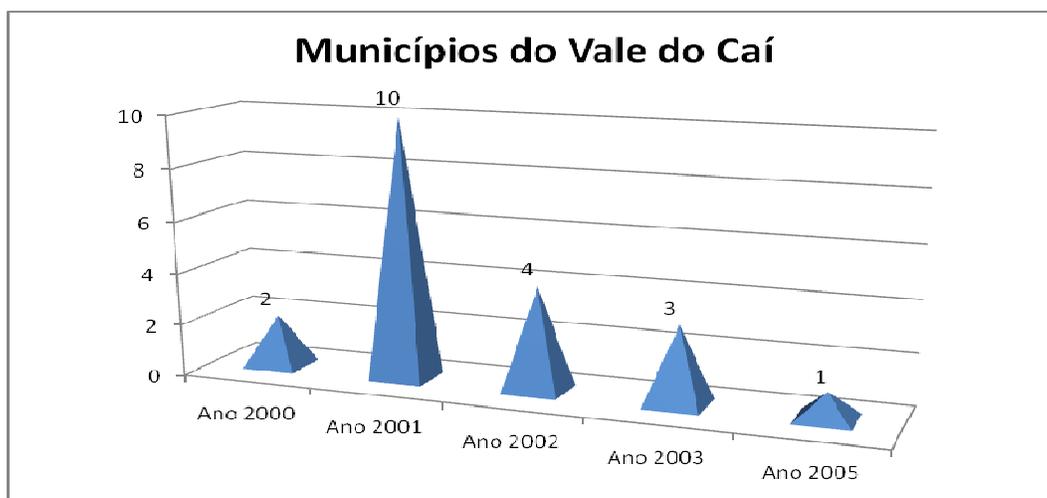


Figura 2: Constituição dos órgãos de controle nos municípios do Vale do Cai
Fonte: Controles Internos das Prefeituras

Pode-se verificar na figura 2 que, apenas no ano de 2005, em Maratá, o setor foi criado. As cidades de Bom Princípio, Montenegro e São Sebastião do Caí responderam como sendo 2003 o ano da criação desse órgão. Enquanto nas cidades de Brochier, Harmonia, Tupandi e São José do Sul, o ano foi 2002. Já as cidades de Alto Feliz, Barão, Capela de Santana, Linha Nova, Portão, Salvador do Sul, São José do Hortêncio, São Vendelino e Vale Real criaram seus órgãos em 2001, e as cidades de Feliz e Pareci Novo, em 2000.

A cidade de Montenegro é a única das 20 prefeituras pesquisadas que seus integrantes têm dedicação exclusiva ao setor de Controle Interno. Todas as demais responderam que realizam encontros periódicos mensais, sendo na maioria em número de dois a quatro encontros mensais. Apenas na prefeitura de Portão não ocorrem encontros porque a Controladoria é formada apenas por um integrante.

Também foi questionado se a Controladoria ou Controle Interno, na estrutura da prefeitura, é uma secretaria própria ou está vinculada à outra secretaria. Todas as 20 prefeituras responderam que não têm uma secretaria própria. Dessas, sete responderam que os setores estão vinculados ao gabinete do prefeito. As demais não responderam a qual secretaria estão vinculadas.

A tabela 2 mostra um panorama do número de controllers, a formação do chefe e demais integrantes das cidades pesquisadas, conforme respostas obtidas através de aplicação do questionário:

<i>CIDADE</i>	<i>NÚMERO DE CONTROLLERS (Incluindo a chefia)</i>	<i>FORMAÇÃO DO CHEFE</i>	<i>FORMAÇÃO DOS CONTROLLERS</i>
Alto Feliz	3	Superior Gestão Pública	01 Técnico em Contabilidade 01 Ensino Médio
Barão	3	Superior Incompleto	01 Superior - Pedagogia 01 Técnico Contabilidade
Bom Princípio	3	Superior Ciências Contábeis	01 Superior Incompleto 01 Superior – Matemática
Brochier	3	Superior Ciências Contábeis e Direito	01 Superior - Pedagogia 01 Superior - Gestão Pública
Capela de Santana	3	Superior Incompleto	01 Superior - Matemática 01 Ensino Médio
Feliz	3	Superior – Ciências Contábeis	01 Ensino Médio 01 Ensino Médio
Harmonia	2	Superior – Ciências Contábeis	01 Superior – Direito
Linha Nova	3	Técnico em Contabilidade	01 Superior Incompleto 01 Superior - Magistério e Tec. em Contabilidade

Maratá	3	Superior Ciências Contábeis	01 Superior Incompleto 01 Ensino Médio
Montenegro	3	Superior Ciências Contábeis	01 Superior - Gestão Pública 01 Superior - Tecnólogo em Processamento de Dados
Parei Novo	3	Superior – Geografia	01 Superior - Gestão Pública 01 Ensino Médio
Portão	1	Técnico em Contabilidade	
Salvador do Sul	3	Superior Incompleto e Tec. em Contabilidade	01 Superior - Direito 01 Ensino Médio
São José do Hortêncio	3	Superior Matemática	01 Superior - Gestão Pública 01 Ensino Médio
São José do Sul	3	Ensino Médio	01 Superior - Filosofia 01 Técnico em Contabilidade
São Pedro da Serra	3	Superior Ciências Contábeis	01 Superior - Direito 01 Ensino Médio
São Sebastião do Caí	3	Superior - Direito	01 Superior – Engenharia Civil 01 Superior Incompleto
São Vendelino	3	Ensino Médio	01 Superior - Gestão Pública 01 Ensino Médio
Tupandi	3	Superior Ciências Contábeis	01 Superior Incompleto 01 Ensino Médio
Vale Real	3	Superior – Ciências Contábeis (Especialização Controladoria)	01 Superior - Secretariado 01 Ensino Médio

Tabela 2: Perfil dos funcionários dos Controles Internos nos Municípios do Vale do Cai
Fonte: Controles Internos das Prefeituras

Pela análise da tabela 2, constata-se que nas 20 prefeituras investigadas, 10 chefes do setor de Controladoria ou Controle Interno são formados em Ciências Contábeis; 3 declaram ter ensino Superior Incompleto, sendo que um deles é Técnico em Contabilidade. As demais respostas são: 2 Técnicos em Contabilidade; 2 possuem apenas Ensino Médio; 1 superior em Gestão Pública; 1 graduado em Geografia, 1 em Matemática e 1 em Direito. Dentro dessas respostas ainda pode-se citar que 1 chefe, além de ser graduado em Ciências Contábeis, é formado também em Direito; e 1 chefe possui especialização em Controladoria.

Quando questionados sobre a formação dos demais membros do setor de controle, estes declararam ter diversas formações. Destaca-se que 12 têm apenas o Ensino Médio como formação; 5 têm Superior Incompleto e a graduação em Gestão Pública. Há 3 graduados em Direito e 3 Técnicos em Contabilidade. A formação em Matemática e em Pedagogia são citadas 2 vezes cada uma.

Em relação ao número de controllers que compõem esses os órgãos, 18 prefeituras responderam que os setores são compostos por 3 membros. Apenas a prefeitura de Harmonia possui atualmente 2, e Portão com apenas 1 membro.

6. Principais atividades realizadas pelos Controles Internos (CIs)

O último item do questionário enviado às prefeituras do Vale do Cai abordou quais seriam as 10 principais atividades realizadas por seus órgãos de CIs. Cumpre destacar que essa questão foi respondida por todos os consultados. Das respostas fornecidas pelos 20 órgãos de controle, realizou-se uma tabulação com a finalidade de observar quais as atividades elencadas como principais.

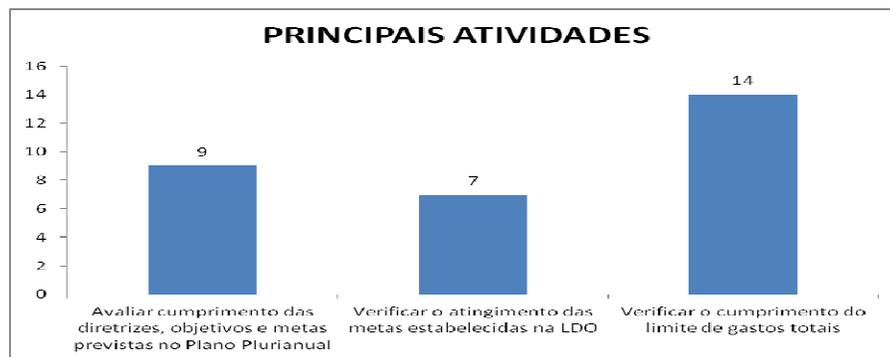


Figura 3: Principais atividades dos controles internos
Fonte: Controles Internos das Prefeituras

Verifica-se na figura 3 as três atividades que mais foram citadas nas primeiras posições. Cumpre ressaltar que estas são determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ainda em relação às atividades desempenhadas pelos controles internos nos municípios do Vale do Cai, observa-se que algumas foram citadas em vários questionários, como: controlar a execução orçamentária; verificar a correta aplicação dos recursos voluntários; avaliar atos administrativos e emitir recomendações; verificar a execução dos contratos e licitações; apreciar o relatório de gestão e assiná-lo; verificar os limites e condições para realização de operações de crédito e inscrições em restos a pagar.

7. Comparações entre os estudos

Ao comparar os resultados deste trabalho com os do artigo de Lunkes (2009), verifica-se que há pontos em comum e outros divergentes. Entre as igualdades encontradas, pode-se citar que as 20 prefeituras pesquisadas neste artigo têm constituído seus Controles Internos, assim como as 14 pesquisadas por Lunkes. Também nota-se que, nas duas pesquisas, a maioria dos Controles está subordinada ao comando dos seus prefeitos e não são uma

secretaria específica. Em ambas, o ano de criação da maioria dos controles é 2001, ano subsequente a Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo que, nas duas pesquisas, o ano mais recente de criação foi 2005.

Outro ponto comum entre as duas pesquisas refere-se às principais atividades desempenhadas pelos Controles Internos. Nos dois estudos, as mais citadas nas primeiras posições estão as relacionadas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em relação às diferenças, enquanto na pesquisa de Lunkes (2009) a formação dos controllers era em grande parte nível superior, destacando-se os contadores que somaram um total de 26 entre chefes e controller; na presente pesquisa, a maioria dos controllers tem formação de ensino médio (com 14 respostas incluindo chefes ou controllers), e 8 têm superior incompleto. No entanto, quanto aos com nível superior, também se destacam os contadores (com 10 respostas, seja como chefes ou controllers) e, em segundo, os formados em Gestão Pública (com 6 respostas).

Nota-se também uma grande desigualdade entre as pesquisas quando se analisa a dedicação dos chefes dos Controles Internos a essa atividade. No presente estudo, apenas em um município o responsável dedica-se exclusivamente ao cargo em questão. Na pesquisa de Lunkes (2009), todos os chefes dedicam-se somente ao setor de controle.

8. Conclusões

O artigo objetivou identificar a constituição da Controladoria ou Controle interno nos municípios do Vale do Caí – RS. Em relação ao objetivo traçado, observou-se que todos os 20 municípios estão com seus controles constituídos. Todos eles foram formados antes do ano de 2005. Estes, em sua maioria (18), são formados por comissões de 3 membros.

Quanto à dedicação dos funcionários a esse órgão, das 20 prefeituras, apenas em uma os colaboradores têm dedicação exclusiva a essa função. As demais realizam encontros periódicos mensais já definidos antecipadamente por lei. Um fato que merece destaque é que, em nenhum dos municípios investigados, a Controladoria é uma secretaria própria.

Dentre as principais atividades relatadas pelos órgãos de Controles Internos, foram mencionadas suas atuações sobre as avaliações do cumprimento das diretrizes, objetivos e controle de metas, previstas no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual.

Outro aspecto importante evidenciado por esta pesquisa é a relação entre o número de funcionários e o total de habitantes de cada cidade. Por essa comparação, é possível verificar que as cidades pequenas, com pouca população, têm um percentual bem maior de funcionários se comparadas às cidades de maior porte. Isso se deve muito à estrutura que precisa ser criada em uma prefeitura para o funcionamento de seus órgãos.

Conclui-se, por meio deste estudo, que muito ainda pode avançar na área de controles nos municípios pesquisados. Fica evidente que muita das atividades desse setor é apenas para cumprir as leis e atender às exigências dos controles externos. Sabe-se também que existem vários fatores que atrapalham o melhoramento desses órgãos nos municípios, entre eles pode-se citar a falta de recursos das administrações públicas, excesso de serviços e, talvez, o mais importante, o desconhecimento de alguns administradores sobre a importância da Controladoria para o setor público.

Para aprofundar o assunto, sugere-se que futuramente sejam realizados outros estudos, sobre outras regiões do estado do RS e até do país, para posterior comparação entre os resultados encontrados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Lei Complementar 101/2000. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm Acesso em: 07 de Fevereiro de 2012.
- CNM. Portal da Confederação Nacional dos Municípios. Disponível em:
<http://www.cnm.org.br/index.php>. Acessado em 04 de Março de 2012.
- CAMPIGLIA, Américo Oswaldo; CAMPIGLIA, Oswaldo Roberto P. Controles de Gestão: Controladoria financeira das empresas. São Paulo: Atlas, 1995.
- CATELLI, Armando (Coordenador). Controladoria: Uma abordagem da gestão econômica - Gecon. 2. Ed. – São Paulo: Atlas, 2001.
- FACHIN, Odília. Fundamentos de Metodologia. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- FEE. Fundação de Economia e Estatística. Disponível em:
<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/capa/index.php>. Acessado em 19 de Março de 2012.
- FLORES, Paulo César. Revista do CRCRS. Porto Alegre, n. 131, Dez. 2007.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home> . Acessado em 03 de Março de 2012.
- LAPSLEY, Irvine. PALLOT, June. Accounting, management and organizational change: A comparative study of local government, Management Accounting Research, Volume 11, Issue 2, June, 2000
- MONTEIRO, Cláudia Servilha; MEZZAROBBA, Orides. Manual de Metodologia da pesquisa no Direito. São Paulo: Saraiva, 2009.
- PEIXE, Blênio César Severo. Finanças Públicas: Controladoria governamental. Curitiba: Juruá, 2002.
- PELEIAS, Ivam Ricardo. Controladoria: Gestão eficaz utilizando padrões. São Paulo: Saraiva, 2002.
- OLIVEIRA, Luís Martins de; PEREZ Jr, José Hernandez; SILVA, Carlos Alberto dos Santos. Controladoria estratégica. São Paulo: Atlas, 2008.
- PADOVEZE, Clóvis Luis. Controladoria estratégica e operacional. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
- TCE-RS. Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em:
<http://www2.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/>. Acessado em 30 de Março de 2012.